

## A TRAJETÓRIA DE GERSEM BANIWA: OS DESAFIOS E A VIRADA ONTOLÓGICA DA ANTROPOLOGIA COMO UMA ANTROPOLOGIA QUE TAMBÉM É INDÍGENA

LUIZA MORAIS MARQUES<sup>1</sup>;  
FLÁVIA MARIA SILVA RIETH<sup>2</sup>:

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [luiizamarques@gmail.com](mailto:luiizamarques@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – [rieth.flaviamaria@gmail.com](mailto:rieth.flaviamaria@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da disciplina Antropologia IV, ministrada pela professora Flávia Rieth, que tinha como proposta estudar os/as autores/as vinculados/as ao pensamento antropológico brasileiro e analisar a influência e o sentido das suas formulações para a construção (intelectual) do país. Dessa forma, busco aqui elucidar a trajetória do antropólogo indígena brasileiro Gersem Baniwa. O mesmo se destaca não apenas por sua contribuição à formação e renovação da Antropologia no Brasil, mas também por representar um marco no reposicionamento epistemológico dentro da disciplina.

Gersem Baniwa nasceu em 1964 no Sítio Jaquirana, próximo à aldeia Carará-Poço, atual Distrito de Assunção do Içana, no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Cresceu no seio das tradições Baniwa, vivenciando rituais e costumes de seu povo (LUCIANO, 2006, p. 4). Ao longo da sua trajetória, foi para fora da comunidade para atuar como liderança indígena, sendo dirigente da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) entre 1987 e 1997 e da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) entre 1986 e 1997. Além disso, ocupou cargos em políticas públicas, como secretário municipal em São Gabriel da Cachoeira e coordenador do PDPI/MMA (Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas) (LUCIANO, 2006, p. 5). Sua trajetória é marcada por conquistas educacionais e políticas, mas também atravessada pela Antropologia. É a partir de sua formação profissional e dos motivos que acarretaram tal encontro com a disciplina que trago a presente reflexão.

O autor com sua atuação revela um movimento de apropriação crítica e cuidadosa dos instrumentos metodológicos e conceituais da antropologia, ao mesmo tempo em que evidencia a importância de Antropólogos Indígenas para a construção de saberes partindo de suas contribuições analíticas, já que o autor considera a antropologia:

como uma lente multifocal, multidimensional e multicósrica que possibilita ao indígena enxergar coisas que a própria antropologia não consegue ou não quer enxergar, [...]. Neste sentido, a antropologia pode oferecer aos indígenas um bem precioso e complexo que é o conhecimento sobre o mundo do branco ( RIAL, 2016, p. 47).

Nesse sentido, vale lembrar a construção histórica da Antropologia até chegar em um de seus desdobramentos, uma Antropologia feita por Indígenas. É inegável citar que o início da disciplina no Brasil surge com um caráter descritivo e interpretativo das culturas de nativos, e é importante citar também que, em sua maioria, não eram produzidos por brasileiros ou até mesmo nativos, mas sim por

estrangeiros Norte Americanos e Europeus (SALZANO, 2016). E Baniwa acrescenta: “em se tratando de antropólogos não indígenas, eles conhecem muito de nós, mais do que nós mesmos e mais do que pensamos, como resultado de séculos de estudos e pesquisas” (RIAL, 2016, p. 48).

Dessa forma, a mudança ontológica se coloca no campo da história da disciplina, com a Constituição Federal de 1988, que “produziu uma virada conceitual que alterou significativamente as relações do Estado com os povos indígenas” (BONIN, 2008, p. 99). Uma nova Carta Magna que rompia com políticas de tutela e integração e trazia o primeiro passo: reconhecimento, pela primeira vez, ao direito à organização social dos povos originários, aos seus costumes e usos, à linguagem e à educação bilíngue e diferenciada dentro das Aldeias. Este passo considera-se o ponto crucial da ampliação da educação e do processo de autonomia dos povos indígenas dentro do Estado brasileiro. Em 2001, ocorreu o marco importante que deu seguimento ao Programa de Reservas de Vagas para estudantes indígenas em cursos regulares. Nesse sentido, os indígenas adentram aos espaços Universitários com a reparação histórica de séculos, produzindo monografias em diversos cursos e instrumentalizando e re-ordenando práticas metodológicas, produzindo ciência a partir do seu campo de vida, experiência e cosmovisão. A Antropologia também passaria por essa reconfiguração, no qual as etnografias e estudos em campo partiriam de Indígenas em seu locus de existência, tradição e cosmologias.

Com a formação de antropólogos indígenas, assim como Baniwa, ensaiam uma apropriação cautelosa da metodologia antropológica, adaptando-a às realidades e visões de mundo de seus povos. O autor, revela em sua dissertação que a Antropologia:

pode contribuir tanto para uma compreensão maior do processo histórico vivido pelo povo baniwa quanto para pensar novas abordagens teóricas e metodológicas no campo das Ciências Sociais, particularmente nos estudos das relações interétnicas, tão relevantes para o mundo contemporâneo e em particular para os povos indígenas (LUCIANO, 2006, p. 6).

A antropologia pode ser uma aliada fundamental para a luta dos povos indígenas, mas os desafios enfrentados pelos mesmos, correspondem a superações e limitações da disciplina, especialmente no que se refere à tutela e racismo epistêmico. O autor explica que “os antropólogos não indígenas são excelentes assessores, tutores e aliados políticos, mas mesmo diante de discursos de rupturas não conseguem romper as bases culturais da tutela” (RIAL, 2016, p. 55).

Nesse sentido, o autor faz a crítica que de modo geral os intelectuais não indígenas ainda fazem ciência aliados ao etnocentrismo e o racionalismo cartesiano, mantendo relações hierárquicas e subalternizantes com os povos indígenas, mesmo quando se posicionam como aliados (RIAL, 2016, p. 52). Indígenas que adotam posturas teóricas e políticas revolucionárias, saindo do cânones da Antropologia, frequentemente são vistos como ameaças e excluídos de espaços acadêmicos e institucionais. Assim, o autor afirma que o “indígenas antropólogos no processo de construção do fazer antropológico” ((RIAL, 2016, p. 53) precisa enfrentar a própria antropologia em dois âmbitos: na sua comunidade e no meio acadêmico, exercendo um papel político e cultural ativo, comprometido com a transformação da disciplina e com a luta por autonomia e protagonismo indígena.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS

Este estudo é de natureza qualitativa e se fundamenta na análise bibliográfica de duas produções acadêmicas do autor Gersem Baniwa: sua dissertação intitulada “Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar” e o outro, que faz parte de uma coleção de autores trazida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e o Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que tem por objetivo condensar algumas das principais intervenções feitas ao longo da 29<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia realizada no âmbito da UFRN. Neste aspecto da pesquisa, trago o texto do capítulo 4 do autor pesquisado, com a titulação: “Indígenas antropólogos: entre a ciência e as cosmopolíticas ameríndias”.

Busco a reflexão destas duas obras justamente por aprofundarem na análise feita por Baniwa sobre a Antropologia e a articulação dos saberes indígenas com os métodos e linguagens acadêmicas, e de que maneira a inserção do Antropólogo (a) Indígena tensiona e propõem transformações na prática antropológica tradicional. O enfoque é interpretativo, com ênfase na análise crítica do entrecruzamento das epistemologias indígenas e não indígenas, a partir de uma perspectiva decolonial.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar a obra e a atuação de Gersem Baniwa como expressão de uma intelectualidade indígena que tensiona os limites da antropologia acadêmica e propõe novas formas de articulação entre ciência e tradição. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) examinar os principais conceitos e argumentos presentes em suas duas produções intelectuais; (b) identificar os contextos sociais, institucionais e políticos nos quais sua atuação se desenvolveu; e (c) refletir sobre os impactos de sua trajetória para a consolidação da educação escolar indígena como campo legítimo de produção de saber e como prática política de resistência e transformação.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos argumentos supracitados, apresentados por Gersem Baniwa, é inegável sua contribuição fundamental para a formação e renovação da Antropologia no Brasil, ao inserir na disciplina a perspectiva dos indígenas — sujeitos que, além de vivenciarem os impactos da colonização e dos projetos de desenvolvimento do país, tornaram-se agentes críticos e analíticos desses mesmos processos. Neste trabalho, trouxe a trajetória de Gersem Baniwa, mas é importante destacar que há muitos outros antropólogos indígenas que constroem ciência a partir de uma nova perspectiva metodológica e epistemológica, como Joziléia Kaingang, João Paulo Lima Barreto, Gabriel Sodré Maia, Dagoberto Lima Azevedo, Tonico Benites, entre outros.

A partir da leitura dos escritos de Gersem Baniwa e de outros artigos que embasam os argumentos aqui apresentados, ainda que de forma breve, evidencio a importância do processo de redemocratização do país. Foi com a instauração de um novo projeto político nacional que se tornou possível a ampliação da participação dos povos originários na construção da ciência, no fortalecimento de sua autonomia e na retomada da identidade plural que constitui o Brasil. Gersem escolheu a Antropologia como formação profissional por interesse em ampliar sua instrumentalização técnica dentro da luta pelos direitos dos povos originários. Buscava também compreender como os não indígenas articulam ideias e formulam projetos, considerando que os povos indígenas eram — e muitas vezes ainda são — os principais afetados por esses documentos, sem, no entanto, participarem da sua elaboração.

É evidente que a Antropologia teve papel importante em sua formação como pesquisador; no entanto, o autor insiste em demonstrar que a presença indígena no campo antropológico brasileiro não deve se limitar a uma inclusão simbólica ou representativa. Trata-se, para ele, de um movimento transformador, que desafia as estruturas epistemológicas e metodológicas tradicionais da disciplina. Gersem defende uma Antropologia feita por indígenas, que dialogue com a academia, mas que não ocupe um lugar de subalternidade. Seu objetivo, como produtor de ciência, é denunciar os vínculos coloniais e construir um saber que reflete as cosmologias e cosmovisões dos povos originários, promovendo uma prática mais ética, intercultural e decolonial.

Encerro estas considerações afirmando que a atuação de autores indígenas evidencia a construção de diálogos interepistêmicos. Se há algo a destacar no trabalho desses intelectuais, é o compromisso com a produção de uma ciência voltada à justiça epistêmica e à superação das heranças coloniais.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

##### Livro

**BANIWA, Gersem.** O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC; LACED/Museu Nacional, 2006.

**RIAL, Carmen; SCHWADE, Elisete** (orgs.). *Diálogos antropológicos contemporâneos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

##### Capítulo de livro

**BONIN, I. T.** Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor. In: BERGAMASCHI, M. A. (Org.). *Povos indígenas & educação*. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 95-104.

##### Artigo

**SALZANO, Francisco M.** A antropologia no Brasil: é a interdisciplinaridade possível?. *Amazônica - Revista de Antropologia*, [S.I.], v. 1, n. 1, abr. 2016. ISSN 2176-0675. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/133/197>. Acesso em: 25 jul. 2025. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v1i1.133>.

##### Tese/Dissertação/Monografia

**LUCIANO, Gersem José Dos Santos.** *Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar: experiência dos povos indígenas do alto Rio Negro*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2006. 162p.